



ATA

Ata da 32ª reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

No dia 2 de maio de 2024, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) reuniram na sala de reunião do quarto andar do Tribunal para a 32ª reunião ordinária, com a participação de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e participação presencial dos servidores membros da comissão Iara Rafaela Henriques Nascimento Silva, Ivana Esperança de Castro Barros, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Maximiniano Félix Lopes, Nara da Silva Carvalho, Thais Fonseca Correa e Mayni Grisolia Gualberto de Oliveira, esta última tendo ingressado nesta data na Comissão. A servidora Ana Paula Brasileiro Vilar Hermont esteve ausente por motivo de férias.

Diante do ingresso de mais uma integrante na Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG), o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro realizou breve introdução acerca da importância da Comissão e falou sobre a alta demanda de responsabilidade desta, uma vez que cuida de vários setores diferentes como água, gasolina, papel, luz, lixo, obras, de modo que esses vários parâmetros impactam também nos resultados atribuídos pelo CNJ.

Lisiane perguntou qual seria a função de Mayni na Comissão, mostrando-se aberta em apresentar os detalhes para a nova integrante. O Dr. Fernando Armando Ribeiro respondeu que ela poderia passar para Mayni as ferramentas de controle.

Alteração na Resolução 400

Ao dar início aos temas da pauta, Lisiane explicou que quando chega uma Resolução nova, o Escritório de Projetos analisa, envia pro Chefe de Gabinete com as sugestões de ações, e este encaminha para as Comissões. Concluiu que esse procedimento já foi feito tendo, pois, recebido um e-mail do Chefe de Gabinete com as ações propostas. Uma delas foi a maior liberdade em relação ao acompanhamento dos indicadores. Todavia, como o controle dos indicadores, no presente momento, já é realizado uma vez por mês, na prática, essa mudança não terá significativos impactos.

Em relação aos indicadores mínimos, Lisiane relatou um indicador novo: equidade e diversidade. Porém, como não foi definido prazo e as metas para o presente ano já estão pré-definidas, disse que o acompanhamento desse novo indicador será tratado a partir do próximo ano. Lembrou que no final do ano será feita uma revisão do plano, uma vez que a periodicidade dessa revisão é, no máximo, a cada 2 (dois) anos e a última foi realizada em dezembro de 2022. Ainda, informou que esse novo indicador tem 43 (quarenta e três) variáveis.

Projeto Meta 9 – Emissão de Gases de Efeito Estufa

No tocante aos gases de efeito estufa, Lisiane declarou a necessidade de realização de um inventário de carbono até 2030 e de ações para mitigar esses efeitos de emissão de gás carbônico.

Informou que o Tribunal Militar de Minas Gerais, Tribunal Militar do Rio Grande do Sul, o Tribunal Militar de São Paulo e o Superior Tribunal Militar reuniram-se para definir a nova meta do CNJ, que é o estímulo à inovação. Nesta reunião, um membro do Tribunal Militar de São Paulo sugeriu que o inventário de carbono seja feito em conjunto entre esses Tribunais. Lisiane disse que será montado um subgrupo para conduzir este projeto e convidou quem tivesse interesse a participar dessas reuniões.

Ações em atraso

Lisiane relatou que existem 22 (vinte e duas) ações em atraso e que algumas pessoas estão tendo dificuldades, uma vez que dependem de outras pessoas/setores.

Mencionou que o Guia de Contratações sustentáveis está aguardando a aprovação da Marina e que a responsável pela impressora é a Iara, que vai explicar sobre a parte dela.

Iara falou que a instalação das impressoras continua em andamento, porém está muito lenta e que, provavelmente, isto se deva a alguma incompatibilidade nos servidores. Ainda, explicou que o controle das impressões ocorre por meio do rastreamento do usuário, não necessitando de utilizar senha para as impressões. Assim, sobre esse aspecto, Lisiane sugeriu dar baixa nesta ação, vez que esta já está muito atrasada e dar início à emissão dos relatórios mensais. Além disso, por meio de nova ação, acompanhar o andamento da instalação nos computadores restantes.

Iara comentou que nova empresa ficará responsável pela instalação do software relativo às impressoras a partir de julho.

Iara falou sobre mais duas ações dela em atraso. Disse que conversou com a Luiza e que não está sendo possível, na administração, tratar delas com prioridade, devido ao orçamento apertado. Disse que Luiza pediu para incluir na proposta orçamentária de 2025.

Lisiane comentou sobre a "ação da praça", dizendo que ficou combinado que quando a Esperança fizesse a ata, encaminharia pro Max e, posteriormente, para a Secretaria.

Lisiane disse que Esperança está muito sobrecarregada e perguntou se a tarefa de fazer as Atas poderia ser repassada para outra pessoa. Mayni ficou responsável por esta tarefa.

Iara comentou sobre o processo de contratação próprio relativo às torneiras, materiais, mão de obra. Disse que aderiu a um Registro de Preços da SEPLAG, em um processo de compra compartilhada de manutenção predial. Disse que dentro dessa Ata de manutenção predial terá inúmeros serviços e que com a publicação da Ata poderá ser iniciado o procedimento interno de celebração de contrato e ordem de serviço.

Lisiane comentou sobre as informações da ASMARI, disse que já lançou os dados de abril e da ASMARI ficou em branco, lembrando a importância disso para o IDS. Reforçou que precisaria de 80% do IDS para pontuar 20 pontos no prêmio do CNJ, que é uma diretriz da Presidência, para obter o Diamante. Narrou que fez uma simulação, em que a pontuação foi de 78, porém são dados ainda em atualização, portanto, não oficiais. Concluiu que seria preciso melhorar a gestão de resíduos, uma vez que outros tribunais estão destinando mais resíduos per capita em relação ao TJMMG.

Maximiniano e Iara conversaram sobre a possibilidade de pesagem e separação dos resíduos. Iara disse que a separação adequada leva em conta a insalubridade envolvida nesta função.

Nara questionou acerca da análise relativa aos resíduos sólidos e disse que uma menor quantidade de resíduos para reciclagem pode ser consequência dos servidores gerarem menos lixo.

O presidente, o dr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, perguntou qual o parâmetro de controle em relação aos resíduos sólidos e Lisiane falou que seria o total de resíduos por pessoa; incluindo papel, plástico, vidro e metal, de modo que deva ser tudo somado e dividido pelo número de pessoas.

Iara disse que conversaria com o preposto da Máxima, para que alcance melhor os servidores com a política de separação dos resíduos, uma vez que passam grande parte do tempo dentro do Tribunal, e depois repassaria para os membros da Comissão o que foi discutido. Mayni ofereceu para fazer esse intermédio, já que trabalha na Máxima, todavia, Iara agradeceu e disse que, como é fiscal do contrato vai conversar diretamente com o preposto para resolver essa questão.

Lisiane comentou sobre mais dois temas em atraso, que seriam i) passar na televisão os temas importantes (incluindo dicas sustentáveis via e-mail e spark); ii) ação relativa à aquisição/revestimento

de lixeiras; iii) ginástica laboral, ação que estava com a Ana, porém será dado baixa. Nara ficou encarregada de conversar com Lucélia para saber sobre a possibilidade dela ajudar nesse processo, já que tem formação da área.

Esperança chegou à reunião.

Após finalizar esse tópico, o presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, deu início ao assunto sobre água.

Lisiane comentou que abriu 3 (três) processos no SEI: um para abolir as garrafinhas de plástico, outro pra abolir o copo descartável e outro para trocar o galão de água para purificador de água, que estão na Secretaria Especial da Presidência. Sobre esse assunto, Maximiliano disse que foi feita a solicitação, porém não foi deliberado para cortar. A última autorização de compra foi realizada em menor quantidade, atendendo aos níveis do CNJ.

Em relação à campanha do mês de junho, como não é mais tarefa da Escola Judicial a organização, essa questão ficou a cargo da própria Comissão. Lisiane ressaltou a inexperiência dos membros nesse assunto e disse que Luanda está disponível para treinar alguém para fazer este processo.

A campanha , aprovada no mês anterior, ficou sem ações previamente agendadas e o Dr. Fernando disse que chegaria de férias 10/06/2024.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Mayni Grisolia Gualberto de Oliveira, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO, Assessor Jurídico**, em 26/06/2024, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0304781** e o código CRC **0879532F**.